

## Aprovada anistia a dívidas de até R\$ 10 mil com a Receita

No debate em Plenário, Francisco Dornelles (E), Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e José Agripino

Após intensa discussão, Plenário acolhe projeto que também estabelece parcelamento de débitos de tributos federais em até 180 meses

O projeto relatado por Francisco Dornelles permite a redução de multas e mora cobradas pela Receita aos devedores. As dívidas anistiadas são as que, com limite de R\$ 10 mil, estavam vencidas havia cinco anos ou mais na data de 31 de dezembro de 2007. Como foi alterado pelos senadores, o texto volta ao exame da Câmara. **3**

Foto de Gerardo Maggela

### Pessoa com deficiência deve ter prioridade na Justiça

Projeto aprovado na CCJ prioriza tramitação de causas judiciais e administrativas de interesse de pessoas com deficiência. **8**

### Senado homenageia dom Helder, o "santo rebelde"

O Senado comemorou ontem o centenário de nascimento de dom Helder Câmara, que foi arcebispo de Olinda e Recife. **6**

### Tarso defende primazia para medidas do pacto

Ministro da Justiça entregou a José Sarney relação de projetos prioritários da agenda assinada entre os três Poderes. **2**

### Debate aponta necessidade de crescer sem devastar

Em audiência que reuniu, pela primeira vez, as 11 comissões permanentes do Senado para discutir um tema, o Plenário ouviu especialistas e autoridades públicas sobre a relação das leis ambientais com o agronegócio. Emergiu a posição unânime de que o país deve promover o desenvolvimento econômico sem descuidar do meio ambiente. A divergência está na forma de se fazer isso. **4 e 5**



José Cruz

Populares acompanham audiência em Plenário (que ganha forma diferente com o uso, pelo fotógrafo, do reflexo do espelho)

Tarso Genro tem pressa na votação de propostas como a da interceptação telefônica, a que moderniza a Lei da Ação Civil Pública e a que aperfeiçoa a proteção a testemunhas

## Ministro quer prioridade para medidas do pacto

EM BUSCA DE prioridade para os projetos do 2º Pacto Republicano, firmado no início do mês pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o ministro da Justiça, Tarso Genro, reuniu-se na manhã de ontem com o presidente do Senado, José Sarney. Na saída, ele informou que entregou por escrito ao senador o que considera prioritário.

Como o assunto diz respeito à agenda interna do Senado, Tarso Genro afirmou que preferia não listar essas prioridades, para que não parecesse intervenção do Executivo no Legislativo.

O ministro pediu a Sarney que a Casa indique dois nomes para integrar o comitê gestor do Pacto Republicano, os quais, junto com nomes escolhidos pelo Executivo e pelo Judiciário, começarão a trabalhar na primeira semana de maio em torno dessas propostas.

Tarso Genro tem pressa na votação das propostas do Pacto Republicano, que incluem, entre outras, projetos como o que disciplina as interceptações telefônicas, moderniza a Lei da Ação Civil Pública e aperfeiçoa o Programa de Proteção à Vítima



No encontro com Sarney (D), Tarso Genro também tratou da reforma política

e à Testemunha.

O texto que muda a Lei da Ação Civil Pública procura evitar a repetição indiscriminada de demandas individuais com o mesmo objetivo. O propósito é que haja uma única ação sobre determinada questão, em vez de milhares de processos idênticos, como ocorre atualmente.

### Reforma política

Outro assunto tratado entre Tarso Genro e José Sarney foi a reforma política.

– Tivemos um debate em que nós introduzimos a presença

do deputado Ibsen Pinheiro, que está fazendo uma proposta concreta de encaminhar dois temas fundamentais da reforma política para tentarmos trabalhar ainda neste semestre, se possível, para votação, quem sabe, no segundo semestre. É a votação em listas e o financiamento público das campanhas. Isso seria uma agenda altamente positiva, no Parlamento, com a qual estaríamos dispostos a colaborar, negociando, fazendo concessões e trabalhando para que isso ocorra, portanto, ainda neste ano – concluiu.

## Crise econômica atinge mais Norte e Nordeste

O Norte e o Nordeste são as regiões brasileiras mais afetadas pela crise econômica mundial, que reduziu intensamente ali a atividade produtiva, aumentando o desemprego. A informação foi dada ontem pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, ao presidente do Senado, José Sarney.

Pochmann entregou a Sarney documento que analisa os efeitos da crise no Brasil, demonstrando que a situação é mais grave no interior e que, no último trimes-

tre, se suavizou nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

– Há uma internalização da crise, especialmente no âmbito do mercado de trabalho. Estamos observando que os efeitos da redução do nível de emprego estão ocorrendo de forma mais profunda no interior do Brasil. As pequenas cidades, que dependem de recursos públicos, estão sofrendo mais o impacto da crise. E o resultado disso tem sido justamente a redução do nível de emprego nessas localidades, especialmente nas regiões

Norte e Nordeste do país.

Ao entregar o documento ao presidente do Senado, Marcio Pochmann informou que, dessa forma, o Ipea espera ajudar o Congresso a tomar decisões mais adequadas aos problemas do Brasil.

No encontro, Sarney testemunhou a importância do instituto para o maior entendimento da realidade nacional e para o planejamento do futuro. E considerou importante aproximar mais essa instituição dos trabalhos legislativos.



Senador recebe, no gabinete da Presidência da Casa, deputado Vicentinho e integrantes de movimentos negros

## Defensores de cotas raciais pedem apoio a Sarney

O deputado Vicentinho (PT-SP) e o representante da Coordenação Nacional de Entidades Negras, Marcos Cardoso, pediram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, apoio para o projeto que estabelece cotas raciais nas universidades públicas (PLC 180/08) e o que cria o Estatuto da Igualdade Racial (PLC 6.264/05).

À saída do encontro, Vicentinho disse que conversaram também sobre a exclusão que o

Brasil pratica contra as pessoas que não conseguem exercer o direito de voto.

– O presidente Sarney se mostrou muito sensível a essa causa. O que pretendemos é que o Legislativo mostre ao Brasil coisas boas, como a inclusão de todos; que o Congresso Nacional mostre que há gente aqui querendo que as pessoas se sentem à mesma mesa, independentemente da religião, origem e raça; que comam o mesmo pão, partici-

pem da mesma vida, definam os destinos do país de maneira fraterna e igualitária – afirmou Vicentinho.

O deputado e Marcos Cardoso disseram saber que o presidente do Senado não tem poderes para aprovar logo a matéria, embora a esteja apoiando. Sarney foi autor de projeto aprovado no Senado em 1999 dispondo sobre ações afirmativas à população negra. A proposta acabou arquivada na Câmara.

## Valter Pereira defende verba para educação contra as drogas

Valter Pereira (PMDB-MS) anunciou a apresentação de projeto de lei que destina recursos para os programas educacionais de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).

Segundo a proposta do senador (PLS 164/09), a verba para esses programas, que são implementados pelas polícias militares estaduais, viria do Fundo Nacional de Segurança Pública.

– O trabalho do Proerd é realizado dentro das escolas e é monitorado por policiais treinados para lidar com jovens – explicou.

De acordo com o parlamentar, por meio desses programas “a polícia combate as drogas ilícitas não pelas armas, mas pela pedagogia e pelo diálogo aberto”. No entanto, ressaltou ele, “apesar de suas virtudes e de estar dando certo, a estrutura dos Proerds é minúscula e seus operadores atuam em condições franciscanas”.

– Esses programas têm de ser conhecidos pelos parlamentares comprometidos com o combate às drogas – declarou ele, acrescentando que “a solução para esse problema só pode ser encontrada na prevenção”.



Valter: trabalho do Proerd é realizado nas escolas, com diálogo e pedagogia

Na opinião do senador, “o comércio de drogas [ilícitas] existe somente porque existe o usuário, o viciado que compra com dinheiro limpo ou roubado”.

### Comércio

Valter criticou ainda as propostas de descriminalização do comércio dessas substâncias, argumentando que “nenhuma estatística indicou tendência de queda do consumo” nos países em que ocorreu a legalização.

O projeto, apresentado na última terça-feira, será encaminhado a duas comissões da Casa: a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a de Assuntos Econômicos (CAE). Nesta última, deverá receber decisão terminativa.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Senado Federal homenageia a OIT

O Senado realiza, às 10h, sessão especial para comemorar os 90 anos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Às 14h, a sessão é deliberativa e a pauta está trancada por medidas provisórias.

### Sarney recebe Amorim

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 9h40 o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; às 10h30, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; às 11h recebe o secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi; e às 16h preside a ordem do dia.

### Licenciamento ambiental

Às 8h30, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promove audiência, no auditório do Interlegis, a respeito do processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram convidados os presidentes do Ibama, Roberto Messias Franco; da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Augusto Freitas de Meira; e da América Latina Logística (ALL), Bernardo Hees; além do diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura e Transporte, Luiz Eduardo Garcia.

### CAS analisa projeto sobre energia solar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 10h para analisar, entre os 13 itens em pauta, projeto com o objetivo de fomentar o uso de energia solar. Também deverá ser analisada proposta que extingue a obrigatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados regidos pela legislação celetista.

### CCJ debate situação dos municípios

A atual situação financeira dos municípios será debatida em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. Logo após, o colegiado analisa 53 requerimentos de votos de aplauso.

### Venezuela no Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza, às 10h, audiência pública para instruir o projeto que aprova o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Foram convidados o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o embaixador Antonio José Ferreira Simões; e o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior.

Depois de intenso debate, Plenário do Senado aprovou ontem à noite projeto de lei de conversão que anistia débitos tributários de até R\$ 10 mil



Dornelles (em pé, à esq.) relatou o projeto de conversão que gerou polêmica: senadores manifestaram temor de uma queda na arrecadação e alertaram para o risco de se premiarem os maus pagadores

## Parcelamento de impostos pode ter novas regras

O SENADO APROVOU ontem à noite a anistia de dívidas de pessoas e empresas com a Receita Federal no valor de até R\$ 10 mil. Também foi acolhido o parcelamento em até 180 meses de outros débitos em atraso. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/08, originário da Medida Provisória (MP) 449/08, que estabelece novas regras de parcelamento de débitos de tributos federais, teve o texto aprovado, sob intenso debate.

A matéria foi relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e, além do prazo máximo de 15 anos para pagar dívidas – sempre com parcelas mínimas de R\$ 50 –, permite a redução de multas e mora cobradas pela Receita aos devedores. As dívidas anistiadas são as que, com limite de R\$ 10 mil, estavam vencidas

há cinco anos ou mais na data de 31 de dezembro de 2007. Alterado pelos senadores, o texto volta à Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta aprovada, poderão ser repactuadas as dívidas – de pessoas físicas e jurídicas – vencidas até

30 de novembro de 2008, mesmo que em fase de execução fiscal. Os valores dos débitos serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que hoje é de 6,25% ao ano, em substituição à taxa Selic, 10,25% ao ano.

O projeto estabelece que poderão ser pagos nesses termos os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal e os débitos com a Procuradoria Geral da Fazenda. Inclui-se o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de

Recuperação Fiscal (Refis), de 2000; no Parcelamento Especial (Paes), de 2003; no Parcelamento Excepcional (Paex), de 2006; e, ainda, os débitos decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

### MODALIDADES DE PARCELAMENTO

Tipo de parcelamento	Redução			
	nas multas de mora e de ofício <sup>1</sup>	nas multas isoladas <sup>2</sup>	nos juros de mora	sobre o valor do encargo legal
à vista	100%	40%	45%	100%
até 30 meses	90%	35%	40%	100%
até 60 meses	80%	30%	35%	100%
até 120 meses	70%	30%	35%	100%
até 180 meses	60%	20%	25%	100%

<sup>1</sup> cobradas como punição da Receita ao contribuinte pelo não pagamento de impostos e taxas.

<sup>2</sup> cobradas pela Receita como punição por atraso no pagamento.

## Senadores temem calote e queda na arrecadação

A presumível queda de arrecadação, decorrente da anistia de parte dos débitos devidos à Fazenda, e o possível incentivo à inadimplência, com a facilitação de novas renegociações, foram os dois pontos que suscitaram os debates mais calorosos no Plenário durante a discussão do projeto de lei de conversão (PLV 2/09) oriundo da Medida Provisória 449.

O projeto concede anistia a débitos com a Receita Federal.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que, segundo informações da Receita Federal, a medida acarretaria prejuízo de R\$ 30 bilhões para o Tesouro Nacional.

O relator do projeto, senador Francisco Dornelles, afirmou que não se pode calcular essa perda avaliando somente o que estava previsto para ser arrecadado. Ele lembrou que grande parte dessa dívida, nos valores antes estabelecidos, não seria paga de nenhuma maneira. Já com a renegociação, o Tesouro poderá receber grande parte dela.

– Não adianta cobrar mil reais e não receber. É preferível cobrar

quinhentos reais e poder receber – disse Dornelles.

Outro ponto a gerar polêmica foi a retirada da chamada “trava”, que limitava em 85% a redução no valor das prestações a serem pagas pelos devedores que já haviam feito um negociação anterior de seus débitos. O senador Antonio Carlos Magalhães Júnior (DEM-BA) afirmou ver na retirada possível “incentivo ao calote”. Em sua opinião, o Senado não deve sinalizar a possibilidade de que as dívidas não devam ser pagas, porque os devedores receberão um benefício posteriormente.

O relator Francisco Dornelles defendeu a extensão do benefício do parcelamento e a redução das multas, tanto para as pessoas e empresas que estão negociando seus débitos pela primeira vez, quanto para os que já estavam incluídos em algum programa anterior. A seu ver, o mais importante é garantir o funcionamento da economia, em face da grave crise econômico-financeira internacional.

Durante a discussão da matéria,

o líder do DEM, senador José Agripino (RN), disse considerar que a aprovação da medida era urgente porque representava um socorro às empresas e aos empregos, “que estão sendo devorados pela crise”. Ele ressaltou que, em tempos normais, hesitaria em votar a favor da medida, porque parece que se está premiando os inadimplentes. Observou, no entanto, que no momento é sua obrigação fazer tudo o que puder ser feito para reduzir os efeitos da crise.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que a avalanche de denúncias que caiu sobre o Senado não possibilitou uma avaliação apropriada do trabalho feito pela comissão que analisou a Medida Provisória 449.

– Nós vamos votar uma MP que beneficia os maus pagadores e nos deixa constrangidos perante a sociedade. A trava, mesmo rejeitada, concederá um privilégio ainda maior àqueles que deixaram de pagar suas dívidas esperando uma anistia – alertou a senadora.

Lúcia Vânia afirmou esperar que o mesmo procedimento não se repita quando for votado o crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que deverá ser examinado adiante.

## Mais duas MPs passam a trancar a pauta do Senado

Na presidência dos trabalhos do Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) procedeu ontem à leitura de uma medida provisória (MP) e de um projeto de lei de conversão (PLV) que foram incluídos na pauta da sessão deliberativa de hoje. Ambas as matérias receberam aprovação da Câmara dos Deputados no último dia 22.

A MP 456/09 aumentou, em 1º de fevereiro, o salário mínimo, cujo valor passou de R\$ 415 para R\$ 465. Assim, o valor diário do mínimo passou para R\$ 15,50, enquanto o valor horário, para R\$ 2,11. O aumento nominal é de 12,04%, alcançado mediante a soma da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desde março de 2008 (6,64%) com a variação do PIB de 2007 (5,4%).

De acordo com a exposição de motivos apresentada pelo Poder Executivo, o

aumento beneficiou aproximadamente 25 milhões de trabalhadores e 17,8 milhões de aposentados e pensionistas. A proposta foi acolhida pela Câmara sem alterações.

Já o PLV 8/09 originou-se das modificações introduzidas pela Câmara na MP 455/09, que inclui os alunos do ensino médio e da educação infantil no programa de transporte escolar e os do ensino médio no programa federal de merenda. A MP permite o repasse direto de recursos às escolas por 180 dias se as transferências a estados ou municípios forem suspensas devido a irregularidades.

Entre as modificações feitas pelos deputados, está a institucionalização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que funcionava com base em portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Especialistas, autoridades públicas e senadores participaram de audiência que reuniu, pela primeira vez, todas as 11 comissões permanentes do Senado para debater um tema; divergência refere-se apenas à forma de compatibilizar legislação ambiental com desenvolvimento

# Consenso: crescimento não pode devastar

PELA PRIMEIRA VEZ, todas as comissões permanentes do Senado estiveram reunidas para discutir um assunto. Em audiência pública presidida pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), o Plenário ouviu especialistas e autoridades públicas sobre a legislação ambiental e a sua relação com o agronegócio.

A posição unânime é a de que o país deve adotar uma postura de desenvolvimento econômico sem descuidar do meio ambiente. A diferença está na forma como isso será feito.

Kátia Abreu (DEM-TO) – também presidente da Confederação

da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) –, de quem partiu a ideia do debate, propôs que os estados possam regulamentar aspectos particulares da legislação ambiental, ficando a cargo da União as linhas gerais.

Ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT-AC) disse que mudanças na legislação devem ser resultado de diálogo com a sociedade. A senadora citou pesquisa segundo a qual 90% dos brasileiros não admitem aumento nas áreas desmatadas, mesmo que isso signifique aumento nos preços dos alimentos.

## APPs O que são as áreas de preservação permanente

Formas de vegetação natural situadas ao longo de qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima deverá ser:

largura do curso d'água	área de preservação permanente (APP)
até 10 metros	30 metros
10 a 50 metros	50 metros
50 a 200 metros	100 metros
200 a 600 metros	200 metros
mais de 600 metros	500 metros

Também são de preservação permanente as formas de vegetação natural situadas:

- ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 metros de largura;
- no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
- nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a cem metros em projeções horizontais;
- em altitude superior a 1.800 metros, qualquer que seja a vegetação.

# Senadores defendem produção com responsabilidade ambiental

O agronegócio foi fundamental para gerar riquezas, mas precisa mudar para atender às exigências do meio ambiente. A avaliação é do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), feita na audiência pública de ontem.

Mercadante afirmou ser impossível separar o desenvolvimento econômico da defesa do meio ambiente. E defendeu uma posição firme contra o desmatamento que possa ser apresentada pelo Brasil na Conferência Mundial sobre o Clima, a ser realizada em Copenhague, Dinamarca.

– Se sairmos desse debate com a firme decisão de acabar com o desmatamento, isso terá sido uma grande contribuição para o meio ambiente mundial e poderemos apresentar essa decisão durante a próxima Conferência de Copenhague. Nosso encargo nos dias de hoje é maior, porque as nações desenvolvidas foram imprevidentes e desmataram demais, mas isso certamente será cobrado delas – disse o parlamentar.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) também alertou para a necessidade de avançar na compatibilização das leis

ambientais com o agronegócio, mas reconheceu ainda haver um longo caminho a percorrer.

Renato Casagrande (PSB-ES) chamou a atenção para a necessidade de uma política florestal que atenda às exigências da atual crise financeira. Ele sustentou que o que está em crise é o modelo de desenvolvimento, favorável ao esgotamento dos recursos naturais.

– Se persistirmos no caminho errado do desmatamento, será uma disputa perdida entre ambientalistas e produtores rurais, uma vez que forças antagônicas se anulam.

Por outro lado, se for aplicar a legislação rígida que está sendo proposta, metade das cafeiculturas do Espírito Santo ficará inviabilizada. É fundamental preservar as culturas consolidadas que já existem no país inteiro – concluiu Casagrande.

## Defesa do agronegócio

Osmar Dias (PDT-PR) louvou a participação dos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no debate sobre a relação entre as leis ambientais e o agronegócio. O senador disse que, se não fosse o trabalho competente

da empresa, a devastação ambiental teria sido muito maior no Brasil.

– Com os cientistas da Embrapa, a área de cultivo no país cresceu 30% e a produtividade aumentou 132%. Se ainda temos 67% das áreas nativas para preservar, é porque os cientistas brasileiros garantiram a produtividade do agronegócio.

O parlamentar contestou a tese de que o Brasil está destruindo o planeta. E observou que o país é responsável por apenas 1,28% do dióxido de carbono emitido, enquanto Estados Unidos e China, juntos, emitem 40%. Osmar Dias

frisou que a preservação ambiental é tarefa de toda a sociedade, não apenas dos produtores rurais.

Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que uma possível reformulação das leis ambientais deve evitar a superposição de competências entre estados e União. Ele acredita que isso vai diminuir os atritos entre ambientalistas e produtores agropecuários.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) informou que irá formalizar pedido para criar uma comissão especial destinada a estudar a mudança do Código Florestal Brasileiro.

## População é a favor de "desmatamento zero" no país

Carlos Alberto Ricardo, representante da ONG Instituto Socioambiental (ISA), afirmou que o Brasil estaria "patinando nas discussões estratégicas" e corre risco de ficar para trás nas discussões acerca das mudanças climáticas no mundo.

Ao assinalar que a situação do planeta é crítica e que o Brasil é um dos poucos países capazes de contribuir para uma solução sustentável, devido a sua diversidade ambiental e sociocultural, Carlos Alberto disse que o país não pode se manter

distante do debate ambiental.

– O ambiente é o nome do problema inteiro, que deveria ser encarado como um projeto de país e de nação – sentenciou.

O coordenador do ISA destacou a complexidade do atual momento, com o processo eleitoral em curso, e citou pesquisa da ONG Amigos da Terra publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual a "quase totalidade" da população brasileira é favorável a uma política de "desmatamento zero". O estudo aponta

também a disposição do eleitor em punir os políticos favoráveis ao desmatamento para ampliação da agricultura.

Carlos Alberto disse que o primeiro relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) data de 2006 e que ele espera que o Brasil não demore tanto tempo para reagir a essas mudanças quanto fez para abolir a escravidão, tendo sido o último país das Américas a fazer essa opção, devido à lucratividade do tráfico.

## Pela recuperação das áreas degradadas

Há uma grande expectativa mundial em torno da ideia de que o Brasil seja vanguarda na discussão sobre mudanças climáticas no planeta. A percepção é do pesquisador do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (Imazon) Adalberto Veríssimo.

O especialista foi um dos expositores convidados a participar de audiência pública, realizada ontem, que discutiu a relação entre a legislação ambiental e o agronegócio. O debate, sugerido pela senadora Kátia Abreu, envolveu as 11 comissões permanen-

tes do Senado.

Em sua exposição, Adalberto defendeu a recuperação de 50 milhões de hectares de áreas degradadas em todo o Brasil e a necessidade de conservação do estoque restante de florestas do país.

– Podemos fazer, no Brasil, uma agricultura de qualidade sem avançar um centímetro sequer de floresta. Esse deve ser nosso ponto de partida e não podemos dar um passo atrás, pois temos que garantir o patrimônio florestal e o futuro do país – afirmou o pesquisador do Imazon.



Valter Pereira – entre Samanta Pineda, Carlos Alberto Ricardo e Gustavo Ribas Curcio – preside a audiência. O debate foi proposto por Kátia Abreu (à tribuna, na segunda foto), que sugere uma legislação que concilie meio ambiente e agricultura. Lideranças indígenas e ambientalistas acompanharam as discussões da galeria do Plenário. Para Marina Silva (ao lado de Sarney Filho), o desafio é proteger o meio ambiente e garantir o desenvolvimento



Kátia Abreu (à tribuna, na segunda foto), que sugere uma legislação que concilie meio ambiente e agricultura. Lideranças indígenas e ambientalistas acompanharam as discussões da galeria do Plenário. Para Marina Silva (ao lado de Sarney Filho), o desafio é proteger o meio ambiente e garantir o desenvolvimento



Lideranças indígenas e ambientalistas acompanharam as discussões da galeria do Plenário. Para Marina Silva (ao lado de Sarney Filho), o desafio é proteger o meio ambiente e garantir o desenvolvimento



Marina Silva (ao lado de Sarney Filho), o desafio é proteger o meio ambiente e garantir o desenvolvimento

## Pesquisador propõe aumento da área para agricultura

Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, Eduardo Evaristo de Miranda sugeriu mudança no Código Florestal para aumentar a área disponível para a agricultura no país.

O especialista propõe que as áreas de proteção permanente (APPs) sejam incluídas na contabilização da área de reserva legal exigida nas propriedades rurais. A medida, diz, faria com que os atuais 30% do território nacional destinados às atividades agropecuárias passassem para 41%, representando 3,5 milhões de quilômetros quadrados disponíveis.

## Geologia do terreno deve ser considerada

O pesquisador Gustavo Ribas Curcio, da Embrapa Florestas, defendeu modificações na legislação ambiental para levar em conta as condições geológicas dos terrenos. A possibilidade de enxurradas, por exemplo, é consequência do declive das encostas, da textura e espessura dos solos, e não da largura dos rios. A instituição de APPs, argumentou, precisa considerar esses fatores, esquecidos nas regras atuais. Outro ponto importante, segundo o especialista, é a fragilidade dos topos de morros, definida pelo alicive do terreno, dimensão do topo e, mais importante, pela geologia da área. Tais aspectos, afirmou, devem condicionar a adoção de medidas de proteção.

## Proteção de florestas é vista como essencial

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo, afirmou que qualquer mudança no Código Florestal deve ser feita com o objetivo de melhorar a proteção das florestas. A diminuição do desmatamento é o que pode evitar o aumento de temperatura do planeta, salientou. Segundo ele, é possível duplicar a produção agrícola reduzindo a área de plantio. Isso seria feito com inovação tecnológica ou mesmo com o uso de técnicas já disponíveis. Azevedo ressaltou que a agricultura deve adaptar-se às limitações territoriais.

– Qualquer tentativa de diminuir a proteção das florestas é andar na contramão da história – destacou.

## Kátia Abreu: lei condena produtor à ilegalidade

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e autora do requerimento para realização da audiência pública, Kátia Abreu afirmou que as regulamentações sobre meio ambiente e agronegócio no Brasil, de 1934 a 2009, têm condenado os pequenos agricultores à ilegalidade. É o caso, disse, de quase 5 milhões de agricultores rurais assentados nas margens dos rios, consideradas áreas de proteção permanente.

Para a senadora, debates sobre o Código Florestal não têm garantido a conciliação entre meio ambiente e agricultura.

## Menos custos aos pequenos produtores

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Herman Benjamin advertiu, na audiência, para a necessidade de se protegerem os pequenos proprietários, contemplando com tratamento diferenciado as cooperativas de pequenos produtores e buscando reduzir os custos da legalização das propriedades com a diminuição das despesas de cartórios e de pareceres técnicos.

Segundo o ministro, caso o Senado decida alterar o Código Florestal, deve fazê-lo eliminando aspectos não diretamente ligados ao agronegócio. Antonio Herman Benjamin propôs uma "purificação temática", citando interesses que acabam "contaminando" a legislação.

## Terras indígenas favorecem conservação

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, informou que as terras indígenas no Brasil, definidas na Constituição como de usufruto dos povos indígenas e propriedade da União, representam 13% do território nacional.

Os índios, apontou Meira, têm a proteção do meio ambiente como parte de suas culturas e de seus costumes.

Nos últimos anos, observou ele, com o avanço do processo de desmatamento na Amazônia e em outras regiões, as terras indígenas têm oferecido uma grande contribuição para a proteção do meio ambiente, especialmente para o bioma amazônico.

## Leis ambientais são ultrapassadas, afirma advogada

A advogada e consultora da Frente Parlamentar da Agropecuária, Samanta Pineda, defendeu a elaboração de um código ambiental brasileiro e não apenas a reforma do Código Florestal. Ela afirmou não ser possível continuar com a resistência dos ambientalistas em mudar a legislação do setor, a qual considera ultrapassada. Para a consultora, é preciso que a legislação avance, o que, ressaltou, não significa "avançar pela mata", mas promover a atualização com base em critérios científicos.

– É impossível querer fazer política ambiental baseada em ideologia. É preciso se basear na técnica – frisou a advogada.

## Marina quer preservação e desenvolvimento

Marina Silva acredita que a reformulação do Código Florestal Brasileiro precisa permitir, ao mesmo tempo, a proteção ambiental e o desenvolvimento do país. Para a senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, qualquer mudança nas leis ambientais deve resultar da mediação entre as informações geradas pela ciência, os interesses da sociedade e a necessidade de assegurar o futuro "dos que ainda não nasceram".

– O Congresso se insere nesse processo de mediação. Esse não é um debate entre preservação e desenvolvimento, pois ambos são parte da mesma moeda – disse.

Marina elogiou as exposições feitas pelos especialistas que participaram ontem de audiência pública de 11 comissões.

## Parlamentares apresentam sugestões

Neuto de Conto (PMDB-SC) disse que a lei deve "proteger o meio ambiente e principalmente a atividade econômica". Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a agricultura familiar em Santa Catarina ocupa apenas 40% das terras, mas emprega dois terços da mão de obra agrícola e conseqüentemente apenas um terço da renda.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propôs que ambientalistas e representantes do agronegócio procurem pontos de vista em comum para um acordo na mudança da legislação ambiental. Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou a mesma posição. Para ele, o objetivo comum deve ser o entendimento para preservar as florestas.

Senadores ressaltam luta do ex-arcebispo de Olinda e Recife em defesa dos mais pobres, contra a ditadura militar e pela inclusão de temas sociais na Igreja Católica



Ao lado de dom José Freire Falcão (E), Marconi Perillo preside a homenagem, proposta, entre outros, por Inácio Arruda (D)

## Plenário celebra os 100 anos de nascimento de dom Helder

O SENADO COMEMOROU ontem o centenário de nascimento de dom Helder Câmara (1909-1999), que foi arcebispo de Olinda e Recife e um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O prelado nasceu em Fortaleza, no dia 7 de fevereiro.

A homenagem foi realizada a pedido dos senadores Inácio Arruda (PCdoB), Tasso Jereissati (PSDB) – ambos do Ceará – e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Mão Santa (PMDB-PI) recordou que o arcebispo denunciou, durante pronunciamento em Paris em 1970, a tortura contra presos políticos no Brasil.

Inácio Arruda ressaltou a participação do religioso no Concílio Vaticano 2, no início da década de 1960. Dom Helder “trabalhou a fim de incluir a questão da miséria na pauta daquelas discussões”, disse. Tasso Jereissati lembrou que dom Helder foi indicado ao Prêmio Nobel quatro vezes, mas não o conquistou devido “à ação subterrânea de boicote promovida pelo governo militar”.

Para Cristovam Buarque, “o amor à pátria, tão fora de moda nos dias atuais”, foi outra característica de dom Helder que os jovens deveriam conhecer. Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o religioso era um “profeta da paz que utilizava uma arma fulminante: a verdade”.

Segundo Flávio Arns (PT-PR), a pessoa de dom Helder “se projeta no contexto dos grandes homens que dignificaram a condição humana”. Marco Maciel (DEM-PE) lembrou que dom Helder, no período em que foi bispo auxiliar no Rio de Janeiro, “subiu os morros e visitou as favelas para defender os direitos humanos e sociais”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) declarou que dom Helder, se estivesse vivo, defenderia a proposta de renda mínima para todos os brasileiros. José Nery (PSOL-PA) relatou que o arcebispo também foi questionado por senadores e deputados. Por isso, a homenagem representaria um ato de desagravo a sua memória.

Para José Agripino (DEM-RN), o arcebispo teve papel funda-

mental para a criação da CNBB. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que dom Helder “não foi perseguido apenas pelo regime militar, mas também por setores conservadores da sociedade”.

O presidente da Casa, José Sarney, recordou que, antes de visitar o Vaticano, pediu ao arcebispo para que fosse seu conselheiro e confessor. Líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) afirmou que dom Helder foi “um símbolo da luta por liberdade”.

Renato Casagrande (ES), líder do PSB, declarou que o arcebispo não foi só “irmão dos pobres”, mas uma liderança religiosa. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que, em contraste com a busca por lucros e poder que caracteriza o capitalismo, dom Helder deixou um exemplo de humildade e engajamento.

Para Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o prelado foi o “grande artesão da paz, que soube entender as dificuldades dos mais pobres”. Marconi Perillo (PSDB-GO) reiterou a luta de dom Helder contra a ditadura militar.

## Senadora colombiana pede ajuda do Brasil no diálogo com as Farc

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita da senadora colombiana Piedad Córdoba, que veio agradecer o apoio do Parlamento brasileiro ao esforço de pacificação de seu país com a guerrilha. Aos jornalistas, ela afirmou ter pedido a Sarney que convença o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a atuar mais ativamente no diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Mediadora nas negociações com as Farc, a senadora teve atuação destacada na libertação,

em fevereiro, de seis reféns. Na entrevista, ela condenou o que classificou como “genocídio praticado pelo Exército colombiano” contra as populações indígenas e camponesas do seu país.

Piedad Córdoba disse ainda que Sarney se mostrou favorável à ampliação da participação brasileira nas próximas operações de libertação de reféns das Farc.

– E nós temos interesse que participem dessas operações não só o Brasil, como a Venezuela e toda a América Latina – enfatizou a senadora.



Piedad Córdoba acusa Exército colombiano de genocídio contra camponeses

## Crivella repudia declarações de Ahmadinejad sobre Israel

Ao lembrar ontem, da tribuna, a comemoração dos 61 anos da criação do Estado de Israel, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu que todos repudiem as palavras do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, que disse querer a destruição daquele país. O parlamentar homenageou o povo judeu e afirmou que é preciso recordar o Holocausto praticado por Hitler na 2ª Guerra Mundial.

Crivella mencionou a fotografia de um menino de cinco anos tirada na chamada Praça do Embarque, em Varsóvia, de onde partiam os judeus para os campos de extermínio no Leste Europeu. Na foto, a criança está com as mãos levantadas e sob a mira de um fuzil empunhado por um soldado nazista, e o senador se perguntou se a criança “sobreviveu àquela insanidade”.

– Quando ouço as declarações de Ahmadinejad, as suas palavras envenenadas do ódio contra o povo hebreu, lembro-me daquele menino, do seu olhar, que só demonstrava



Crivella lembra comemoração dos 61 anos de fundação do Estado judeu

perplexidade, sem reação, sem revidar a agressão, um símbolo da incompreensão que os inocentes demonstram diante desse ódio gratuito, do racismo insano, a que é capaz de chegar a fúria cega e histórica das mentes possuídas pelo arbítrio e a prepotência – afirmou o parlamentar.

Marcelo Crivella aproveitou a comemoração da data para alertar “os democratas do Brasil no sentido de que não se pode esquecer do passado”, pois, conforme salientou, “ele sempre retorna, quando nos falta vigilância”.

### Exposição fotográfica pode ser vista até 14 de maio

Até 14 de maio, poderá ser vista no Salão Branco do Senado a exposição fotográfica *Dom Helder Câmara: memória e profecia no seu centenário – 1909-2009*, aberta ontem. Antes de os senadores Marco Maciel, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Tasso Jereissati e Arthur Virgílio inaugurarem a exposição, o ator Murilo Grossi leu o poema *Sonhei que o papa enlouquecia*, de dom Helder.

### Filme retrata a vida e as ideias do arcebispo

Foi apresentado ontem no Auditório Petrólio Portella, do Senado, o documentário *Dom Helder Câmara: o santo rebelde*, da diretora Erika Bauer. O filme mostra a trajetória do arcebispo. A exibição encerrou a série de eventos, sob a chancela do Senado Cultural, promovidos em homenagem ao centenário de nascimento de dom Helder Câmara, transcorrido no dia 7 de fevereiro.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

#### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Marconi Perillo

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

##### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333  
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Suplicy lê carta da governadora do Pará sobre ocupação de terras

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, em que esta refuta acusações da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) de que o governo do estado estaria descumprindo decisões judiciais de reintegração de posse de propriedades rurais ocupadas por agricultores sem terra.

Tais acusações constam de pedido de intervenção federal no Pará protocolado na semana passada, na Procuradoria Geral da República, por Kátia Abreu, na condição de presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Na carta lida por Suplicy, Ana Júlia afirma que "herdou" do governo anterior 173 mandados de reintegração de posse e hoje faltam 63 para ser cumpridos. "Desde janeiro de 2007, o governo do estado já realizou 58 reintegrações de posse. Portanto, o suposto déficit de 111 pedidos



Carta lida por Suplicy refuta acusações sobre descumprimento de mandados

alardeado pela CNA e pela Federação da Agricultura do Pará (Faepa) é falso", garante.

A governadora diz ainda que, em razão de cancelamentos pela própria Justiça não informados ao Executivo, os números se referem aos mandados expedidos e não aos vigentes e, portanto, a quantidade de mandados válidos pendentes é menor do que a atualmente considerada.

## Para Mário Couto, bancada não deve se calar diante da violência

O teor da carta divulgada pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, em que ela classifica de "imprecisas e equivocadas" as informações publicadas a respeito de conflitos fundiários recentes no estado foi criticado por Mário Couto (PSDB-PA).

Ele protestou contra afirmação da governadora, na carta, de que os senadores pelo Pará contribuem para "denegrir a imagem do estado" ao passarem a impressão, em seus discursos, de que o estado seria uma "terra sem lei". Mário Couto disse que a bancada paraense não pode ver o que acontece e ficar calada, "mas deve atuar sempre em defesa do seu povo".

O fato de Eduardo Suplicy, como representante do PT de outro estado, ter lido a carta em Plenário, também foi destacado por Mário Couto.

– São três senadores para cada



Mário Couto critica teor da carta da governadora do Pará lida em Plenário

estado e nenhum representante do Pará comunga com o governo de Ana Júlia – afirmou.

O senador voltou a assinalar "a situação precária" do estado, cujos índices de violência e criminalidade, segundo ele, "são tão altos que nem sequer foram oficialmente divulgados" durante os quase três anos de gestão de Ana Júlia.

## Flexa Ribeiro: "Ana Júlia combina reintegração com os sem-terra"

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) contestou a carta da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, lida no Plenário por Eduardo Suplicy.

– A governadora está usando sua credibilidade, senador Suplicy. Fica a impressão, para o Brasil, que está tudo bem no Pará, quando isso é falso. Na verdade, o governo do estado está fazendo reintegração de posse combinada com os sem-terra. Eles saem um dia, mas voltam logo em seguida e fica tudo por isso mesmo – disse.

O senador pelo Pará leu relatório da Comissão Pastoral da Terra afirmando que, no ano passado, o número de assassinatos no estado por conflitos agrários aumentou 160%, comparando-se com 2007.

Suplicy observou que Ana Júlia questionou a existência de mandado de reintegração de posse da fazenda Espírito Santo,



Flexa Ribeiro acusa governadora de "usar a credibilidade de Suplicy"

no município de Xinguara. No local, um tiroteio entre sem-terras e seguranças foi filmado por uma equipe de reportagem da TV Globo. De acordo com a governadora, na carta lida por Suplicy, o mandado exibido no programa *Jornal Nacional* refere-se a outra fazenda em outro município, sob jurisdição da Vara Agrária de Marabá.

Projeto que tipifica a pedofilia pode ser votado em 20 dias. Segundo presidente da CPI, caso do menino de Cuiabá mostra que agressores devem ter punição mais rígida

## Magno Malta defende pena sem progressão para pedófilo

O PRESIDENTE DA Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), recebeu ontem o contador Jorgemar Pinto, pai do garoto Kaitto, violentado e morto em Cuiabá no dia 13. Acompanhado pelo senador Jayme Campos (DEM-MT) e por outros parlamentares, o contador pediu a intensificação dos trabalhos da CPI, para que sejam punidos com mais rigor os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Como o assassino confesso de Kaitto, Edson Alves Delfino, de 29 anos, já havia cometido crime semelhante e cumprido, em regime fechado, apenas nove dos 46 anos a que foi condenado, Magno Malta disse que esse se tornou um caso exemplar.

– O crime ocorrido em Cuiabá prova que estamos certos ao propor que a pena para a violência sexual contra crianças



Magno Malta recebe Jorgemar Pinto, pai de um garoto morto após ser violentado

e adolescentes seja de 30 anos sem progressão – argumentou, referindo-se a projeto que tipifica o crime e que já está em fase final de elaboração pela CPI.

Segundo Magno Malta, a matéria poderá ser votada dentro de 20 dias, juntamente com outros projetos visando ao combate da pedofilia. A lei atual prevê a progressão da pena para o regime semiaberto por bom

comportamento, o que beneficiou Delfino. Ele obteve a liberdade para trabalhar e prestou serviços para o pai da criança. Após conseguir a confiança de Kaitto, ofereceu-lhe carona em sua moto e o levou para um matagal, onde o matou. Em 2003, Delfino havia sido condenado a 46 anos de prisão por ter estuprado e assassinado a pauladas um menino de oito anos.

## Senado pode pedir ajuda da PF para investigar denúncia

O presidente do Senado, José Sarney, poderá pedir que a Polícia Federal ou o Ministério Público investigue denúncias publicadas na imprensa contra o ex-diretor de Recursos Humanos da Casa João Carlos Zoghbi. O recurso à Polícia Federal foi sugerido por Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Demostenes Torres (DEM-GO). O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), propôs que se busque o Ministério Público para dar seguimento às investigações.

Jereissati afirmou, durante a ordem do dia, que, entre várias denúncias que vêm comprometendo a Casa, "a maioria sem nenhuma procedência", a revista *Época* publicou "um escândalo verdadeiro" ao acusar o ex-diretor, "com comprovações importantes", de desviar recursos do Senado. Tasso perguntou a Sarney o que está sendo feito para apurar as denúncias.

– Não podemos ficar sempre na defesa e fingir que determinados problemas não existem. Precisamos fazer alguma coisa exemplar no sentido de moralizar o que tem que ser moralizado – disse Jereissati.

José Sarney esclareceu que já foram abertos processos administrativos sobre o caso e que a Presidência determinou à Polícia do Senado a abertura de inquérito para apurar as denúncias.

O presidente da Casa afirmou ainda que a Mesa do Senado tomou as providências que estão a seu alcance, observando que a Polícia Federal "não está impedida de abrir também inquérito a respeito da matéria". Demostenes sugeriu que Sarney solicite ao Ministério Público a investigação sobre o caso. O presidente respondeu que essa será mais uma medida que poderá

ser tomada.

Mão Santa (PMDB-PI) garantiu que, na próxima reunião da Mesa, reforçará a sugestão de que a Polícia Federal investigue a denúncia.

### Sociedade

Arthur Virgílio lamentou que a "chuva de denúncias" contra o Senado esteja misturando "pessoas boas e bandidos". Segundo disse, senadores que usaram passagens aéreas dentro das regras estão sendo tratados de forma injusta. Virgílio assinou que, se a sociedade mudou e mudaram as regras para uso de passagens, os parlamentares têm que seguir as novas normas, mas não se pode culpar quem usava a cota dentro das regras anteriores. O senador propôs a convocação de reunião dos líderes partidários com João Carlos Zoghbi para que se esclareçam dúvidas em relação a sua conduta.

A revista *Época* afirmou que o Banco Cruzeiro do Sul, um dos que operam a concessão de crédito consignado a servidores do Senado, enfrentou em 2007 complicada negociação para renovar o contrato com a Casa. O banco então teria contratado, para prestar assessoria de crédito, a empresa Contact, constituída em nome de Maria Izabel Gomes, de 83 anos, ex-babá de Zoghbi.

Na reportagem, o ex-diretor diz que a empresa, assim como outras duas – DMZ Consultoria Empresarial e DMZ Corretora de Seguros –, pertence a seus filhos. O Banco Cruzeiro do Sul negou as acusações, informando que "não sofreu sanção em seu convênio, nem dificuldade na renovação, fato que ocorreu com normalidade e transparência no final de 2007".



Senador diz que "Casa demonstrou que a democracia não precisa ser tão cara"

## Wellington elogia decisão da Mesa sobre passagens

Wellington Salgado (PMDB-MG) destacou, em Plenário, as medidas adotadas pelo Senado com o intuito de diminuir os gastos da Casa em transporte aéreo. "O Senado se adequou, mostrou que a democracia não precisa ser tão cara como era antes, e diminui-se o gasto com isso", afirmou.

O senador lembrou que o Ato da Mesa 5/09 estabelece que cada senador terá direito a cinco trechos de ida e volta ao estado de origem por mês. Os representantes do Distrito Federal receberão o valor equivalente ao que obtêm os de Goiás.

As passagens aéreas serão destinadas apenas aos parlamentares e a seus assessores em serviço, mas, nesse último caso, as viagens terão de ser aprovadas pela Comissão Diretora da Casa.

Além disso, todos os gastos com passagens aéreas serão publicados na internet em um prazo de até 90 dias.

Wellington destacou que o ato também extingue as cotas suplementares que cabiam aos membros da Mesa e aos líderes partidários e ainda suprime as passagens para o Rio de Janeiro a que tinham direito todos os parlamentares.

CCJ aprova projeto que obriga Judiciário a priorizar, em quaisquer de seus atos, causas de quem tem deficiência

## Prioridade na Justiça para pessoa com deficiência

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA poderão receber prioridade na tramitação de causas judiciais e administrativas de que sejam partes. Projeto com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 216/04), do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), prevê a prioridade de realização de todos os atos e diligências, em qualquer instância judiciária. Mas a matéria foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A relatora fez a ressalva de que o privilégio se dê apenas em ações que guardem relação com a deficiência.

Segundo o autor, o objetivo do projeto é preencher lacuna da legislação atual – Código de Processo Civil e leis que se aplicam aos portadores de deficiência –, que não estabelece a prioridade.

– A absoluta necessidade de prioridade na esfera do Poder Judiciário evidencia-se nos exemplos concretos de ações que se prolongam ao longo dos anos, em detrimento das pessoas portadoras de deficiência,

em ações relativas a acidentes de trabalho, erros médicos, demissões ilegais, acidentes de trânsito com vítima, inventários e sucessão, entre outros – explica Alvaro Dias.

O projeto será ainda examinado, em caráter terminativo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

### Universidade

Também foi aprovado pela CCJ autorização para que o Poder Executivo crie a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano (Unisse), com sede na cidade de Poço Redondo, em Sergipe. A autora do projeto (PLS 256/06), senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), explica que Poço Redondo não dispõe de instituição de ensino superior.

Em seu parecer favorável à matéria, Osmar Dias (PDT-PR) lembrou que a criação da universidade está condicionada à prévia destinação de recursos no Orçamento da União.

O projeto será ainda apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.



Paulo Wollinger, Flávio Arns, Lúcia Stumpf e Antonio Carbonari Neto (D) durante audiência na Comissão de Educação

## “Capital externo na educação precisa de regulação”

A investida de grupos estrangeiros na educação superior privada no Brasil, seja pela aquisição de ações ou pela compra de instituições de ensino, precisa estar amparada em um marco regulatório. Foi o que concluiu ontem a audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sobre a participação do capital estrangeiro nesse ramo.

O diretor técnico da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), Antonio Carbonari Neto, reivindicou uma regulação sem limitação excessiva ao aporte de recursos externos, argumentando

que a escassez de investimentos no setor é muito grande.

– A educação superior no Brasil não é livre, é altamente regulada. Se vierem recursos do exterior e forem bem administrados, a educação brasileira só tem a ganhar – afirmou.

A presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Stumpf, apelou por uma regulamentação que não concorra para “a desnacionalização e a mercantilização” do ensino.

– Considero nocivo o ingresso de capital externo na educação, um setor estratégico para o desenvolvimento nacional. A educação precisa ser entendida

não como um serviço, mas como um direito da juventude. É preciso criar um sistema nacional de educação fundado no Estado, e não no governo, com marco regulatório e com uma reforma universitária que parta do Congresso – defendeu.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Paulo Wollinger, também considerou necessária a regulamentação, mas observou que o percentual de participação de recurso externo no setor ainda é pequeno. De qualquer modo, alertou para a importância de observar o interesse que move esse tipo de investimento.

## Comissão vai promover seminário sobre pirataria

A Comissão de Educação aprovou, em reunião extraordinária, requerimento para a realização de um seminário sobre a tributação e a prática de pirataria no Brasil.

Outro requerimento acolhido propõe um debate sobre a proposta do Ministério da Cultura de alteração da Lei Rouanet (Lei 8.313/91) de incentivo à cultura.

Também foi aprovada a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a proposta de emenda à Constituição que trata da nacionalização da educação básica no Brasil (PEC 74/05). Outra audiência vai instruir o projeto (PLS 118/04) que visa assegurar aulas presenciais e periódicas em cursos de educação a distância.

### ERRATA

Ao contrário do que foi divulgado na terça-feira (28), no texto “Tarso admite erros, não viés político, na Operação Castelo de Areia”, o ministro da Justiça, Tarso Genro, não considera que tenham sido cometido erros na Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal. A manifestação se referia à Operação Satiagraha. Também foi veiculada a informação de que o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, atribuiu ao juiz Fausto de Sanctis a responsabilidade pelo “vazamento de informações” da Operação Castelo de Areia. Corrêa sustentou que as informações chegaram à imprensa em decorrência do fim de segredo de Justiça no tocante ao processo.

## Senadores admitem investimento estrangeiro no ensino superior

O aporte de capital estrangeiro em instituições de ensino superior privadas no país é aceito pelos senadores que debateram o assunto na Comissão de Educação. O autor do requerimento da audiência, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que, mais que a origem dos recursos, importam os princípios que irão nortear sua aplicação.

– É preciso um marco regulatório para a educação superior, mas também uma reforma universitária e a manutenção do Reuni [Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais] – afirmou o senador, que já solicitou ao presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), uma nova rodada de discussão sobre o assunto.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou ser a favor de investimentos estrangeiros se houver essa regulação e se eles se rever-

terem na ampliação da oferta de vagas e bolsas de estudo para alunos carentes.

– O Ministério da Educação [MEC] também tem que fazer um acompanhamento das necessidades dos cursos universitários e adequá-los às demandas do mercado de trabalho – sugeriu.

Para Roberto Cavalcanti (PRB-PB), o fato de o capital investido na educação superior ser estrangeiro ou nacional “é um detalhe”; o importante a observar é o interesse na origem desses recursos.

– Não faz muita diferença se a limitação para o ingresso de capital estrangeiro será igual ou superior a 30% – afirmou Wellington Salgado (PMDB-MG), prevendo uma crise na educação superior privada e a “desestruturação da gestão das instituições” causada por eventuais mudanças curriculares feitas pelo MEC.

## Roberto Cavalcanti presta homenagem a Otávio Frias

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) fez ontem uma homenagem a Otávio Frias de Oliveira, dono do jornal *Folha de S. Paulo*, morto há exatamente dois anos. Tratava-se, para o senador, de “um homem de visão, literário e empreendedor, cuja vontade férrea serviu de matéria-prima para criação de um veículo caracterizado pelo pluralismo, qualidade e compromisso com a informação”.

O senador afirmou que o jornal por ele administrado “confunde-se com a história do Brasil de 1962 pra cá”. Ele lembrou os ensinamentos de Otávio Frias de Oliveira, que não tomava empréstimos em bancos



Cavalcanti: Frias conferiu qualidade e pluralismo à *Folha de S. Paulo*

“nem pra comprar papel de jornal, maior insumo da empresa de comunicação”.

O presidente do Senado, José Sarney, associou-se à homenagem ao “velho e grande amigo da vida inteira”.



Ao lado de Demostenes Torres, Antonio Carlos Júnior apresenta relatório

## Projeto: mendicância deixa de ser contravenção penal

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retira a mendicância da lista de delitos enquadrados como contravenções penais. As infrações desse gênero são aquelas que, por serem de menor gravidade e reprovação social, deixam de ser classificadas tipicamente como crimes, embora os infratores fiquem sujeitos a pena de prisão (a chamada prisão simples); no caso da mendicância, a pena pode variar de 15 dias a três meses.

A decisão foi tomada no exame de projeto que veio da Câmara dos Deputados (PLC 75/05), de autoria do deputado Orlando Fantazzini. Na CCJ, o relatório sobre a matéria foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), como substituto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). O texto

vai agora a exame em Plenário, para decisão final.

### Publicidade oficial

Na reunião, a CCJ também aprovou projeto (PLC 50/06) que tem por finalidade tornar obrigatória a inserção de “mensagem estimuladora do exercício da cidadania” em qualquer publicidade de serviços e obras federais. As mensagens devem reproduzir dispositivos legais e constitucionais que versam sobre direitos humanos ou proíbem qualquer forma de violência, preconceito ou discriminação – de raça, origem, religião, sexo, orientação sexual ou condição social.

A regra deve ser aplicada a publicidade veiculada em qualquer meio – mídia impressa, televisão, rádio ou internet.

A proposta seguirá para exame final em Plenário.